

Estatísticas Demográficas 2003

30 de Setembro de 2004

Em 2003, e face ao ano anterior, a natalidade decresceu 1,6%, enquanto que a mortalidade aumentou 2,3%. A mortalidade infantil e fetal continuaram em queda.

Diminuiu o número de casamentos celebrados, nomeadamente o de casamentos católicos. Os divórcios, não obstante serem inferiores ao valor máximo de 2002, mantiveram a tendência de crescimento.

Em 2003, o número de estrangeiros residentes legalmente em Portugal cresceu 4,9%, a taxa de crescimento mais baixa observada desde 1998.

A emigração portuguesa foi fundamentalmente de carácter temporário e com destino à Europa.

O Instituto Nacional de Estatística disponibiliza, no portal do INE (www.ine.pt), a publicação "**Estatísticas Demográficas 2003**", constituída por uma análise da situação demográfica portuguesa e um conjunto de dados e indicadores demográficos. Os dados estatísticos apresentados neste Destaque, encontram-se divulgados com maior detalhe na referida publicação.

A população residente, em 31 de Dezembro de 2003, estimou-se em 10 474 685 indivíduos dos quais 5 066 308 eram homens e 5 408 377 mulheres¹. A variação da população face a 2002 foi de 0,64%, representando um aumento de 67,2 milhares de indivíduos, em resultado de um crescimento migratório de 0,61% e de um crescimento natural de 0,04%. O ritmo de crescimento da população desacelerou face ao observado no ano anterior (0,75%).

Natalidade decresceu 1,6%

Em 2003, o número de nascimentos de crianças vivas em Portugal foi de 112 589. Este valor traduz um decréscimo de 1,6% face ao ano anterior (menos 1 867).

Face a 2002, e segundo a distribuição geográfica da residência das mães, observaram-se decréscimos no número de nados-vivos no Norte, Centro e Alentejo (-4,2%, -1,8% e -0,9%, respectivamente), e aumentos em Lisboa, Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (0,3%, 3,7%, 1,2% e 2,1%, respectivamente).

¹ Esta estimativa assenta nos resultados definitivos dos Censos 2001, ajustados com as respectivas taxas de cobertura, e incorpora a informação demográfica disponível em 24 de Junho de 2004.

Nados vivos, segundo região* de residência da mãe, 2000-2003

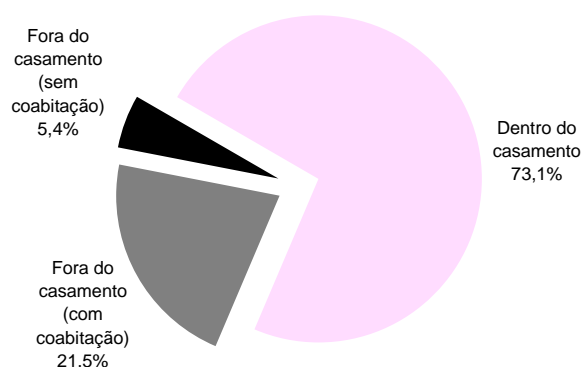
	2000	2001	2002	2003
Total**	120 071	112 825	114 456	112 589
Portugal	120 008	112 774	114 383	112 515
Norte	44 521	41 471	41 667	39 903
Centro	23 973	22 415	22 765	22 361
Lisboa	33 160	31 604	32 277	32 383
Alentejo	7 321	6 825	6 998	6 936
Algarve	4 343	4 164	4 485	4 649
R. A. Açores	3 462	3 129	3 064	3 100
R. A. Madeira	3 217	3 160	3 117	3 181
Desconhecida	11	6	10	2
Estrangeiro	63	51	73	74

* NUTS 2002

** Nados-vivos, ocorridos em território nacional, de mães residentes em Portugal e no Estrangeiro

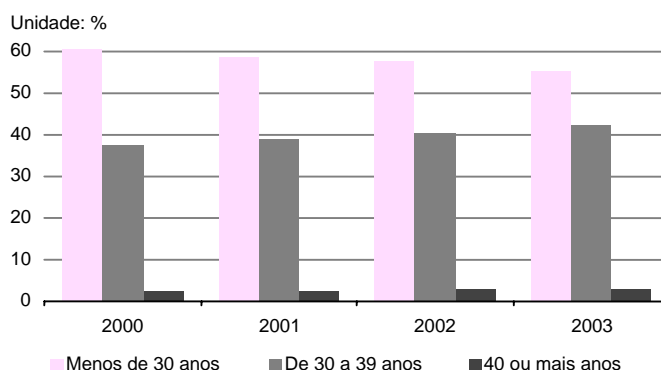
No que respeita à filiação, 82 314 dos nados-vivos ocorreram dentro do casamento, correspondendo a 73,1% do total. A proporção de nados-vivos fora do casamento foi de 26,9% (30 273 nados-vivos). Destes, 80% eram filhos de pais a viver em coabitação (24 241), correspondendo a 21,5% do total de nados-vivos.

Nados-vivos, segundo a filiação, 2003



Em 2003, reforçou-se, em Portugal, a tendência para o adiamento da maternidade. Neste ano, 55,2% das parturientes tinham idades inferiores a 30 anos, 42,2% foram mães entre os 30 e os 39 anos e 2,6% tinham 40 ou mais anos. No ano anterior, estas proporções situavam-se em 57,3%, 40,3% e 2,4%, respectivamente. Em 2000, e para os mesmos grupos etários, esta distribuição tinha sido respectivamente de 60,2%, 37,7% e 2,1%.

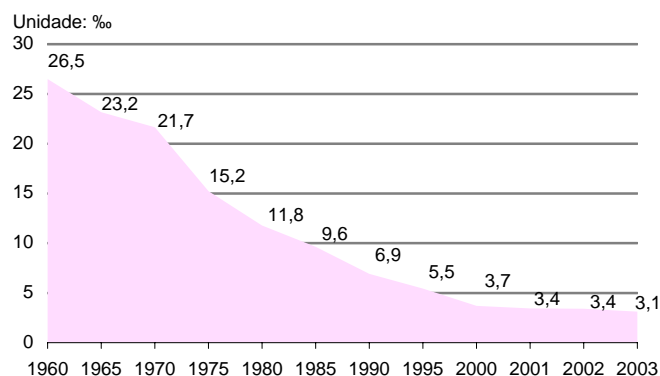
Nados-vivos, segundo o escalão etário das mães, 2000-2003



O número de fetos-mortos decresceu 14,2%

Em 2003, o número total de fetos-mortos foi de 508 o que traduz um decréscimo de 14,2% em relação ao valor de 2002. Destes, 351 (69,1%) eram fetos com vinte e oito ou mais semanas de gestação correspondendo a uma taxa de mortalidade fetal tardia de 3,1 por mil nascimentos (total de nados-vivos e fetos-mortos de 28 ou mais semanas), valor inferior ao registado em 2002 (3,4‰).

Taxa de mortalidade fetal tardia, 1960-2003

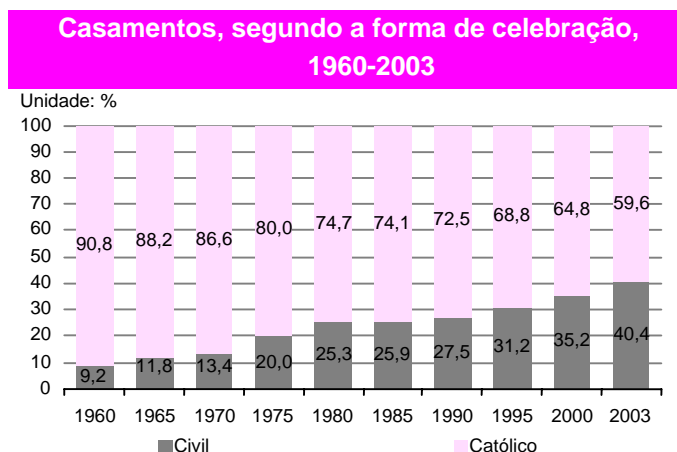


Manteve-se assim a tendência decrescente da taxa de mortalidade fetal tardia que se tem observado desde 1960, ano em que o valor se situava nos 26,5‰, reduzindo-se para menos de metade em 1980 (11,8‰), menos de um terço em 1990 (6,9‰) e verificando-se valores abaixo dos 4‰ desde o início deste século.

A nível regional, em 2003, o valor mais elevado da taxa de mortalidade fetal tardia registou-se na Região Autónoma dos Açores (5,1‰); em oposição, o valor mais baixo observou-se no Norte (2,4‰). Contudo, as oscilações observadas, sobretudo nas regiões de menor dimensão, devem ser consideradas enquanto resultado dos diminutos valores desta variável quando desagregada ao nível de NUTS II.

Diminuiu o número de casamentos celebrados, nomeadamente o de casamentos católicos

Em Portugal, em 2003, realizaram-se 53 735 casamentos, menos 2 722 (-4,8%) do que em 2002 (56 457). O número de casamentos católicos foi de 32 039 (59,6%) e o de civis de 21 696 (40,4%). Assim, continuou a



tendência decrescente, desde 1960, dos casamentos católicos. Relativamente ao ano anterior, o número de casamentos católicos diminuiu 9,2% a nível nacional. Este comportamento ocorreu em todas as regiões, excepto na Região Autónoma dos Açores, em que se observou um aumento de 23,0%.

**Casamentos celebrados, segundo a distribuição
geográfica do facto, 2000-2003**

	2000	2001	2002	2003
Total	63 752	58 390	56 457	53 735
Portugal	63 752	58 390	56 457	53 735
Norte	25 475	22 604	21 849	20 828
Centro	13 655	12 794	12 084	11 556
Lisboa	15 313	14 235	14 099	13 100
Alentejo	3 788	3 619	3 569	3 343
Algarve	1 855	1 859	1 807	1 809
R. A. Açores	1 827	1 630	1 502	1 541
R. A. Madeira	1 839	1 649	1 547	1 558

Segundo o regime de bens, em 2003, cerca de 87,9% dos nubentes em Portugal optaram pela “*comunhão de adquiridos*”, 7,2% pela “*separação*” e 4,9% pela “*comunhão geral*”. Por áreas geográficas (NUTS II), o regime de “*comunhão geral*” teve maior expressão na Região Autónoma da Madeira (15,4%), a “*separação*” em Lisboa (11,2%) e a “*comunhão de adquiridos*” na Região Autónoma dos Açores (91,6%).

Do total de casamentos celebrados em 2003, e segundo a ordem de nupcialidade, 44 907 (83,6%) diziam respeito a primeiros casamentos (mulheres solteiras com homens solteiros), proporção inferior à de 2002 (85,8%). Verificou-se que o fenómeno de nupcialidade de 2ª ordem ou superior era mais frequente nos homens (12,3%), do que nas mulheres (9,9%).

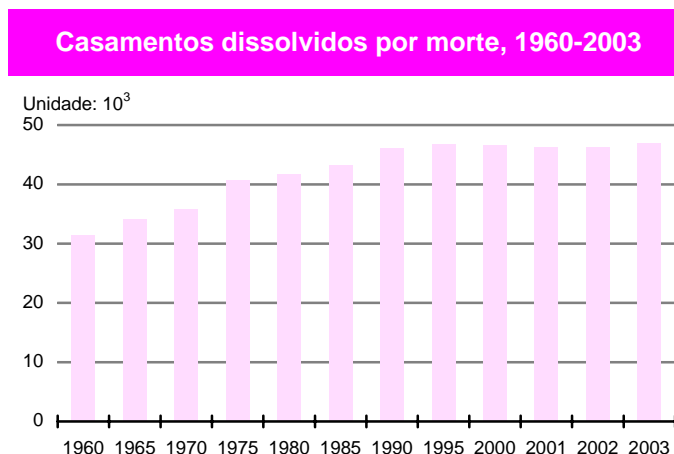
O matrimónio entre portugueses e estrangeiros tem vindo gradualmente a aumentar. Esta proporção situava-se, em 2000, em 2,7%, passou para 4,8% em 2002 e em 2003 atingiu os 6,7%. Por nacionalidade, destacou-se o aumento dos casamentos com pessoas de nacionalidade brasileira.

Manteve-se a tendência de se casar cada vez mais tarde. Com menos de 25 anos de idade, em 2003, casaram 36,6% das mulheres e 22,6% dos homens; no ano anterior, estas proporções situavam-se nos 39,8% e 25,1%, respectivamente; enquanto que, em 2000, para as mesmas idades, casaram 47,3% das mulheres e 31,2% dos homens.

O maior número de casamentos realizados em 2003 ocorre em nubentes com idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos: 41,0% para homens e 37,0% para mulheres.

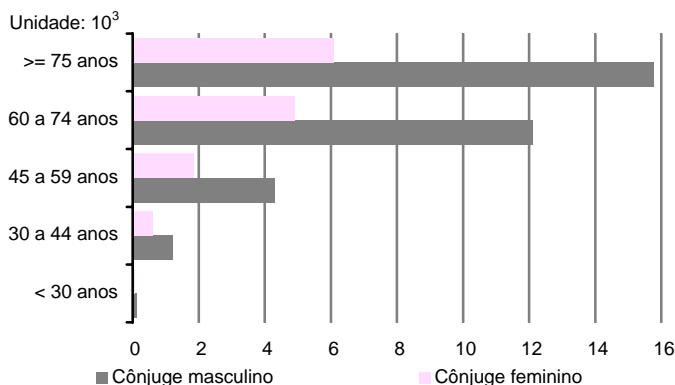
Por último, verificou-se que em 20,6% dos casamentos realizados, em 2003, os nubentes já possuíam residência comum, contra 18,1%, em 2002. Em termos regionais, o Algarve e Lisboa apresentavam as taxas mais elevadas: 40,7% e 30,7%, respectivamente, enquanto que as taxas mais baixas se observaram na região Norte (12,8%) e na Madeira (18,6%).

Em 2003, registaram-se 47 044 dissoluções de casamentos por morte de um dos cônjuges, mais 1,5% do que em 2002 (46 348).



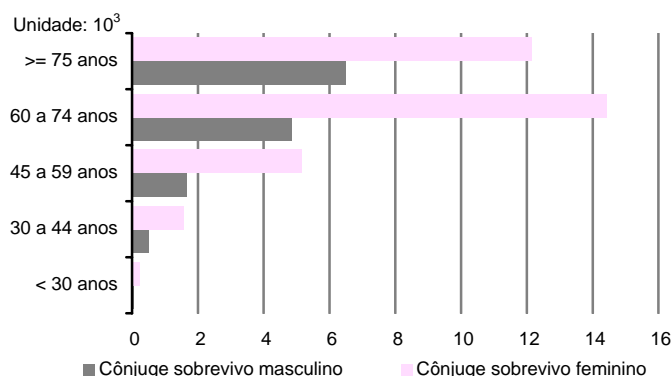
Do total de dissoluções por morte de um dos cônjuges, 33 508 resultaram do falecimento do cônjuge masculino, representando 71,2%.

Casamentos dissolvidos por morte, segundo o escalão etário do falecido, 2003



A maioria dos cônjuges sobreviventes do sexo feminino concentrava-se nas idades compreendidas entre os 60 e os 74 anos (43,1%), enquanto que para o sexo masculino a maioria verificava-se nas idades acima dos 74 anos (48%).

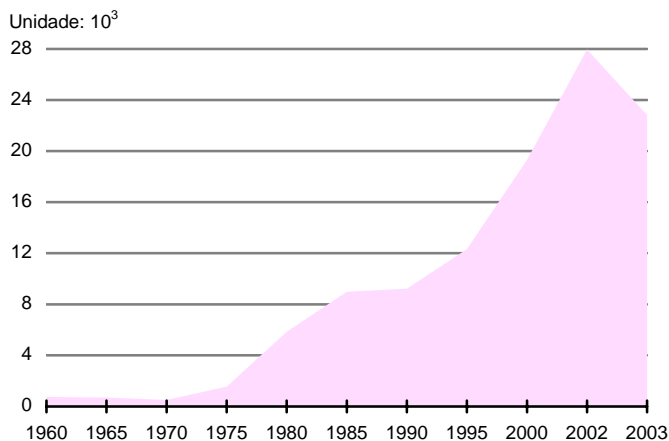
Casamentos dissolvidos por morte, segundo o escalão etário do cônjuge sobrevivente, 2003



Em 2003, registaram-se 22 818 dissoluções de casamentos por divórcio, valor inferior ao de 2002 com 27 960 ocorrências. O decréscimo ocorrido em 2003 é contrário à tendência verificada nos últimos anos, e pode estar relacionado com o facto de 2002 ter sido afectado conjuntamente pela entrada em vigor de novas regras no que respeita ao divórcio por mútuo consentimento².

² As alterações legislativas introduzidas em 2002, relativas aos divórcios por mútuo consentimento decretados nas conservatórias do registo civil, poderão estar na origem do elevado valor registado naquele ano.

Divórcios decretados, 1960-2003



Divórcios decretados, Portugal e NUTS II, 2000-2003

	2000	2001	2002	2003
Total	19 302	19 044	27 960	22 818
Portugal	19 104	18 851	27 708	22 617
Norte	5 068	5 115	8 180	6 909
Centro	3 759	3 689	5 639	4 754
Lisboa	7 030	6 932	9 517	7 352
Alentejo	1 181	1 251	1 753	1 398
Algarve	1 079	919	1 250	1 043
R. A. Açores	469	502	657	551
R. A. Madeira	518	443	712	610
Estrangeiro	198	193	252	201

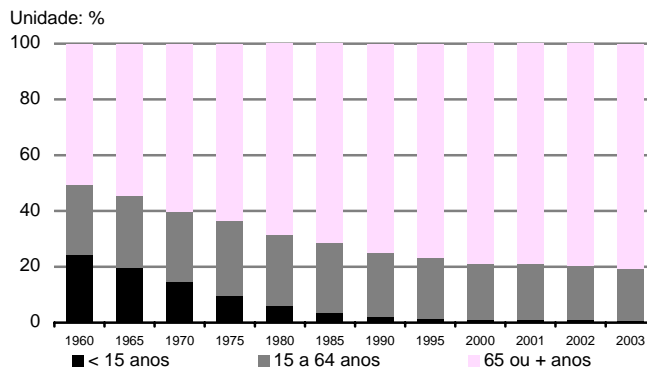
Tendo por referência a região de residência da família, entre 2000 e 2003, houve acréscimos nos divórcios decretados em todas as regiões do país, com excepção do Algarve (-3,3%), observando-se as maiores variações relativas no Norte (36,3%), Centro (26,5%) e Alentejo (18,4%).

Registou-se um aumento de 2,3% no número de óbitos, mas uma quebra na mortalidade infantil

Em 2003, registaram-se em Portugal 109 148 óbitos, traduzindo um aumento de 2,3% face a 2002.

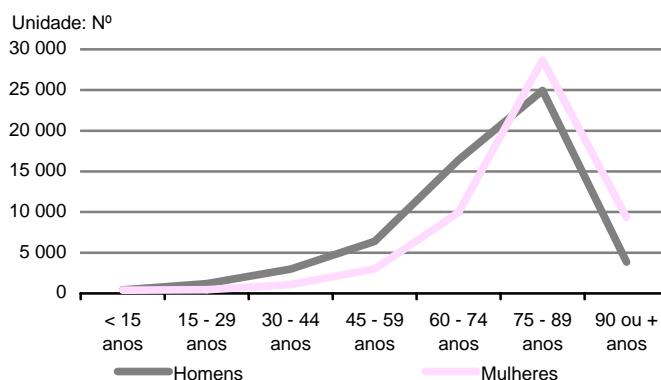
Segundo a estrutura etária, verificou-se que 0,8% dos óbitos se reportavam a indivíduos com menos de 15 anos de idade, 18,7% a indivíduos com idades entre os 15 e os 64 anos de idade e 80,5% a indivíduos com 65 ou mais anos de idade.

Óbitos, por grandes grupo etários, 1960-2003



Desagregando a informação por sexo e grupos etários, observou-se que o número de óbitos do sexo masculino é sempre superior nas idades inferiores a 75 anos de idade.

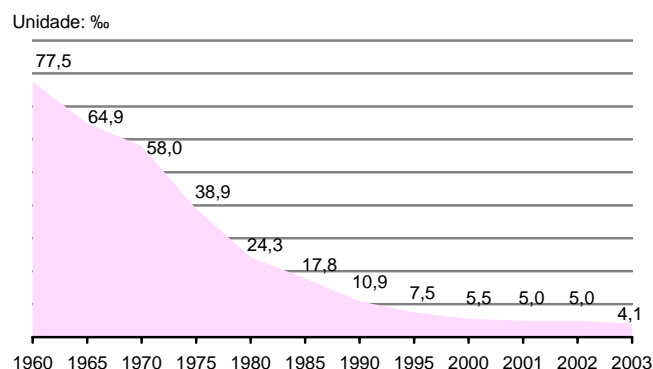
Óbitos, por escalão etário e sexo, 2003



A taxa de mortalidade infantil³ situou-se em 4,1‰ (permilagem) em 2003, valor inferior ao observado em 2001 e 2002 (5,0‰ em ambos os anos).

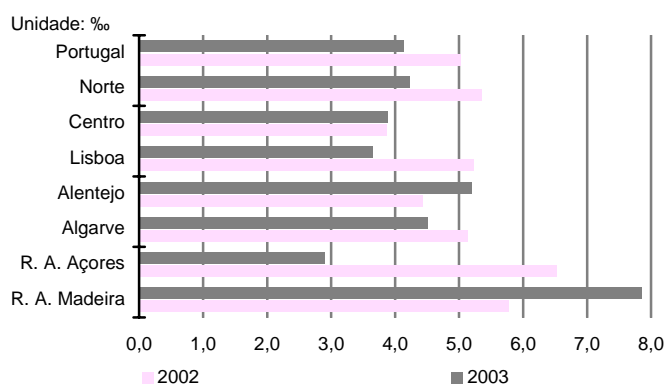
³ Óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade por 1 000 nados vivos

Taxa de mortalidade infantil, 1960-2003



A nível regional, o valor mais elevado da taxa de mortalidade infantil, em 2003, observou-se na Região Autónoma da Madeira (7,9‰), enquanto o valor mais reduzido registou-se na Região Autónoma dos Açores (2,9‰). As oscilações observadas, sobretudo nas regiões de menor dimensão, devem ser consideradas enquanto resultado dos diminutos valores da variável quando desagregada ao nível de NUTS II.

Taxa de mortalidade infantil, Portugal e NUTS II, 2002-2003

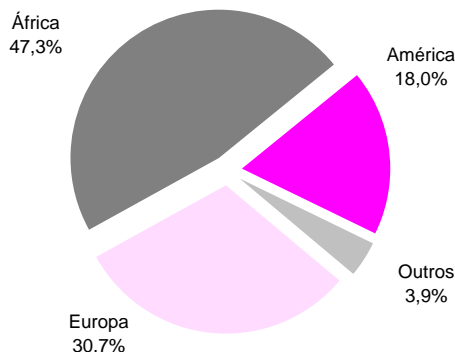


Número de estrangeiros residentes legalmente em Portugal cresceu 4,9%

Em 31 de Dezembro de 2003, residiam legalmente em Portugal 250 697 cidadãos de nacionalidade estrangeira (dados provisórios), valor superior ao registado em 2002 (238 944), e que corresponde a uma variação positiva de 4,9%.

À semelhança dos últimos anos, também em 2003, merecem particular destaque os nacionais de países do continente africano e do europeu, que representavam 47,3% e 30,7%, respectivamente, do total de estrangeiros com o estatuto legal de residentes.

**População Estrangeira Residente,
segundo a Nacionalidade, 2003**



Segundo o país de nacionalidade, as maiores comunidades eram compostas por cidadãos de Cabo Verde, seguindo-se o Brasil, Angola e Guiné-Bissau. No seu conjunto estes 4 países eram responsáveis por mais de metade do total de estrangeiros residentes legalmente em Portugal. No contexto europeu, as maiores comunidades correspondem a nacionais do Reino Unido, Espanha, Alemanha e França.

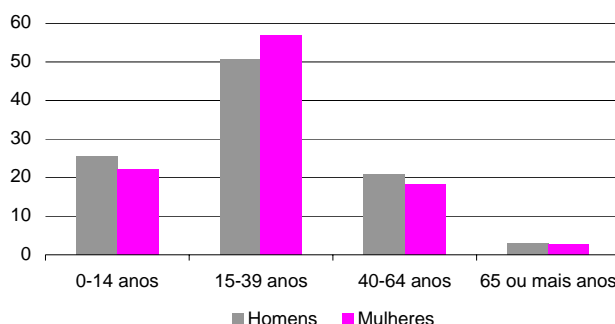
A população estrangeira residente localizava-se sobretudo no litoral, nomeadamente no distrito de Lisboa (53,5%), e nos distritos de Faro (13,1%) e de Setúbal (10,6%).

Em 2003, solicitaram estatuto de residente em Portugal 13 752 indivíduos de nacionalidade estrangeira (dados provisórios), 47,1% do sexo masculino e 52,9% do sexo feminino. Comparativamente com o ano 2002, registou-se um decréscimo de 4 595 solicitações (menos 25% do que no período anterior).

A análise da estrutura de idades mostra que o principal grupo etário, dos 15 aos 39 anos, abrange cerca de 53,9% dos requerentes, concentrando-se até aos 39 anos 77,6% das solicitações de estatuto de residente. De facto, 23,7% dos requerentes tinham idade compreendida entre os 0 e os 14 anos, 53,9% entre os 15 e os 39 anos, e 19,5% pertencia ao grupo etário dos 40 aos 64 anos. Os indivíduos com 65 ou mais anos representavam 2,8% dos requerentes.

População estrangeira que solicitou estatuto de residente, segundo o escalão etário e sexo, 2003

Unidade: %



Em 2003, as solicitações de estatuto de residente foram efectuadas principalmente por nacionais do Brasil (15,5%), de Cabo Verde (14,7%), de Angola (7,8%), da Guiné-Bissau (7,5%) e do Reino Unido (7,0%). Estes 5 países concentravam mais de 52% do total de solicitações efectuadas.

Dos 13 752 estrangeiros que solicitaram estatuto de residente, cerca de metade (50,2%) residia na região de Lisboa.

Durante o ano de 2003, cessaram o estatuto de residente em Portugal, 1 999 cidadãos estrangeiros dos quais 1 094 (54,7%) do sexo masculino e 905 (45,3%) do sexo feminino. Estas cessações foram efectuadas maioritariamente por nacionais de Cabo Verde (19,4%), do Brasil (18,0%) e da Venezuela (16,0%) que, no seu conjunto, representam mais de metade do total de cessações.

O principal motivo que levou à cessação do estatuto de residente foi a “aquisição” de nacionalidade portuguesa (87,4%), 27,6% por “naturalização” e 59,8% por “outra via de aquisição de nacionalidade” (casamento e outros).

Durante o ano de 2003, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras concedeu autorização de permanência a 9 097 indivíduos estrangeiros, sendo 6 070 do sexo masculino (66,7%) e 3 027 do feminino (33,3%). Em 2001, tinham sido concedidas 126 901 autorizações de permanência e 47 657 em 2002.⁴

Em 2003, os nacionais do Brasil e da Ucrânia representaram, respectivamente, 29,1% e 28,0% do total de indivíduos estrangeiros a quem foi concedida autorização de permanência em 2003.

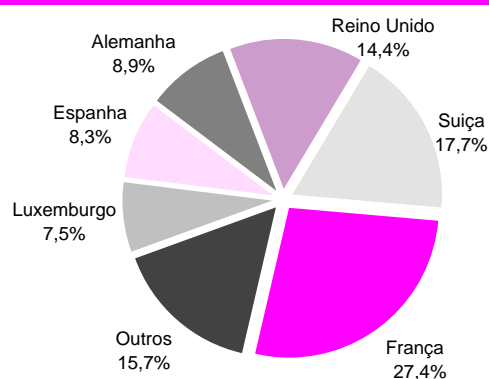
⁴ O número de autorizações de permanência concedidas tem vindo a diminuir, em virtude de estar definida a data de 31 de Outubro de 2001, como data limite de entrada em Portugal para efeitos de concessão de autorização de permanência.

Emigração foi fundamentalmente de carácter temporário e com destino à Europa

No ano de 2003, o fluxo emigratório total, em Portugal, estimou-se em 27 008 indivíduos⁵, valor próximo ao estimado para 2002 (27 358).

Em 2003, e tendo por referência os dois tipos de emigração, a temporária representava 75,2% e a permanente 24,8%. Comparativamente com 2002, observou-se um aumento da proporção de emigrantes temporários (67,8%).

Emigração Total, segundo o país de destino, 2003



Os países de destino da emigração portuguesa foram essencialmente a França, a Suíça e o Reino Unido, que no seu conjunto acolheram mais de 59% do total da emigração. Em 2003, os destinos europeus ganharam importância relativa e a Europa concentrou 93,5% do total da emigração portuguesa, contra 81,3% no ano anterior.

Neste mesmo ano, emigraram mais homens do que mulheres: 76,3% e 23,7%, respectivamente, mantendo-se as características estruturais dos anos anteriores. Esta característica é mais acentuada na emigração temporária, uma vez que na emigração permanente os valores eram relativamente próximos, 51,1% do sexo masculino e 48,9% do sexo feminino.

⁵ Refira-se que os dados da emigração incluem tanto os emigrantes temporários (indivíduos que saíram do país, com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano), como os emigrantes permanentes (indivíduos que se ausentaram do país, com o objectivo de residir no estrangeiro por um período superior a um ano).